

PARTE I

Marcos da Estrada para o Desastre

de 1919 a 10 de maio de 1940

Certo dia, o presidente Roosevelt disse-me que estava pedindo sugestões, publicamente, sobre como se deveria chamar esta guerra. Retruquei de pronto: “a Guerra Desnecessária.” Nunca houve guerra mais fácil de impedir do que esta que acaba de destroçar o que restava do mundo após o conflito anterior.

Europa, 1921

Ilhas Britânicas

- Fronteiras internacionais 1921
- - - - 1914 Fronteiras obsoletas pelo Tratado
- Territórios cedidos pela Alemanha



A Insânia dos Vencedores, 1919-1929

APÓS O TÉRMINO da Guerra Mundial de 1914, imperou profunda convicção e uma esperança quase universal de que reinaria a paz no mundo. Esse ardente desejo de todos os povos poderia ter sido facilmente satisfeito houvera firmeza nas convicções justas e um bom senso e uma prudência razoáveis. A expressão “a guerra para acabar com as guerras” estava em todas as bocas, e se haviam tomado providências para torná-la realidade. O presidente Wilson – presumiu-se que com a autoridade dos Estados Unidos – fixara em todas as mentes o conceito de uma Liga das Nações.

Os exércitos aliados estacionavam ao longo do Reno e suas cabeças-de-ponte projetavam-se a fundo numa Alemanha derrotada, desarmada e faminta. Em Paris, os chefes das nações vitoriosas debatiam e discutiam o futuro. Diante deles abria-se o mapa da Europa, a ser redesenhado praticamente conforme bem entendessem. Após cinqüenta e dois meses de agonia e riscos, a coalizão teutônica lhes estava aos pés, e nenhum dos seus quatro membros era capaz de opor a menor resistência à vontade dos vitoriosos. A Alemanha, líder e frente da agressão, vista por todos como causa primordial da catástrofe que se abatera sobre o mundo, estava à mercê ou ao critério dos vencedores, eles mesmos cambaleantes depois da tormenta por que haviam passado. Além do mais, não fora uma guerra de governos, mas de povos. Toda a energia vital dos maiores países escoara-se aos borbotões na ira e na matança.

Os líderes guerreiros que se reuniram para a paz em Paris, no verão de 1919, para lá tinham sido levados pela mais forte e furiosa maré que jamais montou na história humana. Já ia longe o tempo dos tratados de Utrecht e de Viena, quando estadistas e diplomatas aristocráticos, vencedores e vencidos, reuniam-se numa discussão polida e cortês e, livres do clamor e da babel da democracia, podiam reformular sistemas com base nos princípios fundamentais com que todos concordavam. Os povos, exaltados por seu sofrimento e pelos grandes ensinamentos que este lhes tinha imposto, ali estavam em volta, aos milhões, a exigir que a compensação fosse plenamente

extorquida. Desgraçados dos líderes, agora montados em seus inebriantes pináculos de triunfo, se pusessem a perder na mesa de conferência o que os soldados haviam conquistado em cem campos de batalha encharcados de sangue.

A França, por direito advindo de seus esforços e suas perdas, ocupava o papel principal. Quase um milhão e meio de franceses pereceram em defesa do solo pátrio sobre o qual haviam resistido ao invasor. Por cinco vezes em cem anos – em 1814, 1815, 1870, 1914 e 1918 – as torres de Notre Dame tinham visto o clarão dos canhões prussianos e ouvido o estrondo de seus disparos. Agora, por quatro anos medonhos, treze províncias da França haviam ficado sob o jugo rigoroso do comando militar prussiano. Extensas regiões foram sistematicamente devastadas pelo inimigo ou pulverizadas no confronto entre os exércitos. Raras eram as casas ou as famílias, de Verdun a Toulon, que não choravam seus mortos ou abrigavam seus inválidos. Para aqueles franceses que haviam lutado e sofrido em 1870 – e havia muitos deles ocupando altos cargos – parecia quase um milagre que a França tivesse emergido vitoriosa da luta incomparavelmente mais terrível que recém findara. Durante toda sua existência, eles viveram no medo do Império Alemão. Lembravam-se da guerra preventiva que Bismarck tentara, em 1875; lembravam-se da ameaça brutal que derrubara Delcassé do governo, em 1905; haviam estremecido na ameaça marroquina de 1906, ante a disputa da Bósnia, em 1908, e com a crise de Agadir, em 1911. Os discursos do Kaiser falando em “punho de ferro” e “armadura reluzente” podiam ser recebidos com ridículo na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas soavam o dobre sinistro de uma realidade assustadora no coração dos franceses. Por quase cinquenta anos, eles tinham vivido em meio ao terror das armas alemãs. Agora, ao preço de seu próprio sangue, essa longa opressão fora empurrada para longe. Sem dúvida, ali tinham chegado, finalmente, a paz e a segurança. Num ímpeto apaixonado, o povo francês exclamava: “Nunca mais!”

Mas o futuro vinha carregado de maus presságios. A população francesa era menos de dois terços da população alemã. Mostrava-se estacionária, enquanto a alemã aumentava. Dentro de uma década, ou menos, a torrente anual da juventude alemã que chegava à idade do serviço militar deveria corresponder ao dobro da francesa. A Alemanha havia combatido quase o mundo inteiro, quase sozinha, e quase vencera. Os mais informados sabiam muito bem das diversas ocasiões em que o desfecho da Grande Guerra oscilara na balança, bem como dos acidentes e acasos que tinham invertido

o equilíbrio fatal. Que perspectiva haveria, no futuro, de que os Grandes Aliados ressurgissem aos milhões nos campos de batalha da França ou do Leste? A Rússia estava em ruínas e em convulsão, irreconhecivelmente transformada para muito longe de qualquer semelhança com o passado. A Itália bem poderia ficar do lado oposto. A Inglaterra e os Estados Unidos eram separados da Europa por mares ou oceanos. O próprio Império Britânico parecia unido por laços que ninguém, exceto seus cidadãos, era capaz de entender.

Que combinação de acontecimentos haveria, algum dia, de trazer de volta à França e a Flandres os imponentes canadenses de Vimy Ridge; os gloriosos australianos de Villers-Bretonneux; os destemidos neozelandeses dos campos esburacados de Passchendaele; o resoluto corpo de exército indiano que, no cruel inverno de 1914, havia sustentado a linha de frente em Armentières? Quando iria novamente a Inglaterra, pacífica, despreocupada e antimilitarista, arrastar-se pelas planícies do Artois e da Picardia com exércitos de dois ou três milhões de homens? Quando voltaria o oceano a derramar dois milhões dos esplêndidos jovens da América na Champagne e no Argonne? Desgastada e duplamente dizimada, mas indiscutível senhora do momento, a nação francesa perscrutava o futuro com um grato assombro e um medo obsedante. Onde estava, afinal, aquela SEGURANÇA sem a qual tudo o que fora conquistado parecia sem valor, e a própria vida, mesmo em meio ao júbilo da vitória, era quase insuportável? A necessidade extrema era a segurança, a qualquer preço e por qualquer meio, por mais severo ou até implacável que fosse.

No Dia do Armistício, os exércitos alemães haviam marchado em ordem para casa. “Eles souberam lutar,” disse o marechal Foch, generalíssimo dos aliados, com os louros rebrilhando sobre a fronte e falando com espírito de soldado: “Que conservem suas armas.” Mas exigiu que a fronteira francesa, dali por diante, fosse o rio Reno. A Alemanha podia estar desarmada; com seu sistema militar em frangalhos; com suas fortalezas desmanteladas; podia estar empobrecida; sobrecarregada com o peso de indenizações incomensuráveis; podia tornar-se presa de rixas internas; mas, em dez ou vinte anos, tudo isso passaria. O indestrutível poderio “de todas as tribos germânicas” se ergueria uma vez mais, e as fogueiras latentes da Prússia guerreira tornariam a arder e brilhar.

Mas o Reno, o largo e profundo Reno, com sua correnteza veloz, uma vez mantido e fortificado pelo exército francês, seria uma barreira e a proteção

por trás da qual a França poderia viver e respirar durante gerações. Muito diferentes eram os sentimentos e opiniões do mundo de língua inglesa, sem cujo auxílio a França certamente teria sucumbido. As disposições territoriais do Tratado de Versalhes deixaram a Alemanha praticamente intacta. Continuou a ser o maior bloco racial homogêneo da Europa. Quando o marechal Foch tomou conhecimento da assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, comentou com singular agudeza: “Isso não é Paz. É um Armistício de vinte anos.”



As cláusulas econômicas do Tratado foram malévolas e tolas, a tal ponto que se tornaram obviamente inúteis. A Alemanha foi condenada a pagar indenizações de guerra numa escala fabulosa. Essas exigências expressaram a raiva dos vencedores e a incapacidade de seus povos de compreenderem que nenhuma nação ou comunidade derrotada pode jamais pagar tributo em escala equiparável ao custo da guerra moderna.

As massas continuavam imersas no desconhecimento das mais simples realidades econômicas, e seus líderes, em busca de seu voto, não ousavam desiludi-las. Os jornais, como é do estilo, refletiam e coloriam as opiniões vigentes. Poucas vozes se levantaram para explicar que o pagamento de reparações de guerra só pode ser feito através de serviços ou pelo transporte físico de mercadorias, em vagões que cruzem fronteiras terrestres ou em navios que singrem águas salgadas; ou que, chegadas aos países que as exigem, essas mercadorias desarticulam a indústria local, exceto nas sociedades muito primitivas ou mantidas sob controle rigoroso. Na prática, como até os russos agora já aprenderam, a única maneira de pilhar uma nação derrotada é apropriar-se de quaisquer bens móveis que se deseje e prender uma parte de seus homens como escravos permanentes ou temporários. Mas o lucro obtido por esses processos não guarda relação alguma com o custo da guerra. Ninguém nos altos cargos teve a perspicácia, a ascendência ou o distanciamento necessários do desvario público para explicitar aos seus eleitorados esses fatos fundamentais e brutais; e ninguém que o fizesse teria merecido crédito. Os triunfantes aliados continuaram a afirmar que espremeriam a Alemanha “até a semente ranger.” Tudo isso teve uma poderosa influência na prosperidade do mundo e no estado de espírito da raça alemã.

Na verdade, entretanto, essas cláusulas nunca foram postas devidamente

em execução. Ao contrário, enquanto cerca de um bilhão de libras esterlinas em ativos alemães foi apropriado pelas potências vitoriosas, mais de um bilhão e meio de libras foi emprestado à Alemanha alguns anos depois, principalmente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, assim permitindo que a destruição causada pela guerra fosse rapidamente reparada na Alemanha. Como esse processo, aparentemente magnânimo, continuou a ser acompanhado pela gritaria orquestrada das populações infelizes e amarguradas dos países vitoriosos, bem como pela garantia de seus políticos de que a Alemanha seria levada a pagar “até o último vintém,” não se podia esperar nem se iria colher qualquer gratidão ou boa vontade.

A história há de caracterizar todas essas transações como insanas. Elas ajudaram a gerar a maldição marcial e a “nevasca econômica,” às quais voltaremos mais adiante. Tudo isso é uma história lamentável de complexa idiotia, em cuja produção consumiram-se muito trabalho e muita virtude.



A segunda grande tragédia foi o completo esfacelamento do Império Austro-Húngaro pelos tratados de St. Germain e do Trianon. Durante séculos, essa encarnação sobrevivente do Sacro Império Romano havia proporcionado uma vida trivial, com benefícios de comércio e segurança, a um grande número de povos, nenhum dos quais, em nossa época, teve força ou vitalidade para se manter sozinho diante da pressão de uma Alemanha ou uma Rússia revivificadas. Todas essas raças desejavam romper com a estrutura federal ou imperial, e incentivar seus desejos era tido como uma política liberal. A balcanização do sudeste da Europa prosseguiu a passos largos, com o conseqüente engrandecimento relativo da Prússia e do Reich alemão, que, apesar de cansado e amedrontado pela guerra, estava intacto e era irresistível na região. Não há um único povo ou província, dentre os que constituíram o império dos Habsburgos, para o qual a conquista da independência não tenha trazido as torturas que os antigos poetas e teólogos reservavam para os amaldiçoados. Viena, a nobre capital, pátria de tanta cultura e tradição por longo tempo defendidas, núcleo de tantas rodovias, rios e ferrovias, ficou deserta e faminta, como um grande empório num distrito empobrecido abandonado pela maioria dos seus moradores.

Os vencedores impuseram aos alemães todos os ideais longamente ansiados pelas nações liberais do Ocidente. Foi-lhes retirado o fardo do serviço

militar compulsório e da necessidade de ter armamentos pesados. Imensos empréstimos americanos logo lhes foram insistentemente oferecidos, embora eles não tivessem crédito. Uma constituição democrática, pautada nos mais recentes aperfeiçoamentos, foi instaurada em Weimar. Afastados os imperadores, elegeu-se gente sem qualquer projeção. Por baixo desse tecido delicado campeavam as paixões da nação alemã, poderosa e derrotada, mas essencialmente intacta. O preconceito dos americanos contra a monarquia havia deixado claro ao império vencido que receberia um tratamento melhor dos aliados como república do que na condição de monarquia. Uma política sensata teria coroado e fortalecido a República de Weimar com um soberano constitucional, na pessoa de um neto ainda menino do Kaiser, sob a gestão de um conselho de regentes. Em vez disso, abriu-se um vazio imenso na vida nacional do povo alemão. Foram temporariamente desarticulados todos os elementos fortes, militares e feudais, que se poderiam agregar em torno de uma monarquia constitucional e, pelo bem dela, respeitados e sustentados os novos processos democráticos e parlamentares. A República de Weimar, com todos os seus adornos e bênçãos liberais, foi encarada como uma imposição do inimigo. Não tinha como preservar a fidelidade ou o imaginário do povo alemão. Por um breve período, as pessoas tentaram agarrar-se, como que em desespero, ao idoso marechal Hindenburg. Depois disso, forças poderosas ficaram à deriva, o vazio aumentou e, nesse vazio, após uma pausa, apareceu um maníaco de índole feroz, repositório e expressão dos mais virulentos ódios que jamais corroeram o coração humano – o cabo Hitler.



A França fora totalmente esgotada pela guerra. A geração que, desde 1870, sonhava com uma guerra de vingança havia triunfado, mas a um custo letal para a força viva da nação. Foi uma França esquelética que saudou o alvorecer da vitória. Um profundo temor da Alemanha perpassava a nação francesa na manhã seguinte a seu estonteante sucesso. Foi esse medo que impeliu o marechal Foch a exigir a fronteira do Reno, em prol da segurança da França contra seu vizinho muito maior. Mas os políticos ingleses e americanos sustentaram que a absorção no território francês de distritos povoados por alemães contrariava os Quatorze Pontos e os princípios de nacionalismo e autodeterminação em que se deveria basear o Tratado de Paz. Por conseguinte, opuseram-se a Foch e à França. Conquistaram Clemenceau mediante as

promessas, primeiro, de uma garantia anglo-americana conjunta de defesa da França; segundo, de uma zona desmilitarizada; e terceiro, do desarmamento total e duradouro da Alemanha. Clemenceau aceitou, apesar dos protestos de Foch e de sua própria intuição. O Tratado de Garantia, por conseguinte, foi assinado por Wilson, Lloyd George e Clemenceau. O senado americano recusou-se a ratificá-lo. Repudiou a assinatura do presidente Wilson. E a nós, que tanto havíamos acatado suas opiniões e desejos em toda essa questão da pacificação, foi-nos dito, sem grande cerimônia, que deveríamos estar melhor informados sobre a constituição americana.

Em meio ao temor, à raiva e à desorganização do povo francês, a figura rude e dominadora de Clemenceau, com sua autoridade mundialmente famosa e seus contatos ingleses e americanos especiais, foi imediatamente descartada. “A ingratidão para com seus grandes homens,” diz Plutarco, “é a marca dos povos fortes.” Foi uma imprudência da França ceder a esse vezo, num momento em que estava tão lastimavelmente enfraquecida. Era pequena a força compensatória a ser encontrada na revivescência das intrigas de grupo e das incessantes trocas de governos e ministros que foram a marca da Terceira República, por mais lucrativas ou divertidas que elas fossem para os que nelas atuavam.

Poincaré, a figura mais vigorosa a suceder a Clemenceau, tentou formar uma Renânia independente, sob proteção e controle da França. Nenhuma chance de êxito. Ele não hesitou em tentar impor indenizações à Alemanha através da invasão do Ruhr. Isso certamente forçou a obediência aos tratados por parte da Alemanha, mas foi severamente condenado pela opinião pública inglesa e americana. Como resultado da desorganização financeira e política geral da Alemanha, bem como dos pagamentos de reparações de guerra durante os anos de 1919 a 1923, o marco entrou em rápido colapso. O ódio despertado na Alemanha pela ocupação francesa do Ruhr levou a uma vasta e afoita impressão de papel-moeda, com o objetivo deliberado de destruir toda a base monetária. No estágio final da inflação, uma libra esterlina correspondia a 43 trilhões de marcos. As conseqüências sociais e econômicas dessa inflação foram mortíferas e extensas. A poupança da classe média sumiu ao vento, criando-se assim um grupo natural de seguidores da bandeira do Nacional-Socialismo. Toda a estrutura da indústria alemã foi distorcida pelo crescimento de trustes que proliferavam com rapidez. O capital de giro do país desapareceu. É claro que a dívida interna nacional e o endividamento da indústria, sob a forma de encargos sobre o capital fixo

e hipotecas, foram simultaneamente liquidados ou repudiados. Mas isso não serviu de compensação para a perda do capital de giro. Tudo isso levou diretamente aos empréstimos em larga escala, tomados no exterior por uma nação em bancarrota, que foram a marca dos anos seguintes. A amargura e o sofrimento alemães marchavam juntos – como fazem hoje.

O estado de ânimo inglês perante a Alemanha, de início ferocíssimo, logo assumiu igual intensidade na direção oposta. Abriu-se uma fenda entre Lloyd George e Poincaré, cuja personalidade irritadiça prejudicava sua política firme e de grande visão. As duas nações divergiram no pensamento e na ação, e a simpatia ou até admiração inglesa pela Alemanha encontrou uma expressão vigorosa.



A Liga das Nações, mal tinha sido criada, recebeu um golpe quase mortal. Os Estados Unidos abandonaram a cria do presidente Wilson. O próprio presidente, disposto a batalhar por seus ideais, sofreu um derrame paralisante no momento em que iniciava sua campanha e, a partir de então, arrastou-se como um destroço inútil durante uma grande parte de dois anos longos e vitais, no final dos quais seu partido e sua política foram varridos de cena pela vitória presidencial republicana de 1920. Após o despontar do sucesso republicano, as concepções isolacionistas prevaleceram do outro lado do Atlântico. Devia-se deixar a Europa se fritar na própria banha e pagar suas dívidas da lei. Ao mesmo tempo, elevaram-se as tarifas para impedir a entrada de mercadorias, que eram o único meio através do qual essas dívidas poderiam ser liquidadas. Na Conferência de Washington de 1921, amplas propostas de desarmamento naval foram feitas pelos Estados Unidos, e os governos inglês e americano trataram de afundar animadamente seus navios de guerra e desmanchar suas instalações militares. Afirmou-se, seguindo uma estranha lógica, que seria imoral desarmar os vencidos sem que os vencedores também se desfizessem de suas armas. O dedo da reprovação anglo-americana logo seria apontado para a França, privada, tanto da fronteira do Reno quanto de seu tratado de garantia e de poder manter, mesmo em reduzidíssima escala, um exército francês baseado no serviço militar universal.

Os Estados Unidos deixaram claro para a Inglaterra que a continuidade da aliança inglesa com o Japão, a qual os japoneses vinham cumprindo es-

crupulosamente, constituiria uma barreira às relações anglo-americanas. A aliança foi consoantemente encerrada. Sua anulação causou uma profunda impressão no Japão e foi vista como a desdenhosa rejeição de uma nação asiática pelo mundo ocidental. Romperam-se muitos laços que, posteriormente, poderiam ter-se revelado de valor decisivo para a paz. Ao mesmo tempo, o Japão pôde consolar-se com o fato de que a queda da Alemanha e da Rússia tinham-no alçado, temporariamente, ao terceiro lugar entre as potências navais mundiais e, certamente, à categoria de primeiro nível. Embora o Acordo Naval de Washington prescrevesse para o Japão uma proporção menor de poderio militar em navios de alta classe em tamanho e armamento do que para a Inglaterra ou os Estados Unidos (5:5:3), a quota que lhe foi atribuída ficou perfeitamente à altura de sua capacidade financeira e de construção por um bom número de anos. O país manteve um olho atento nas duas maiores potências navais, que impuseram uma à outra cortes para muito menos do que seus recursos lhes permitiriam e do que era exigido por suas responsabilidades. Assim, tanto na Europa quanto na Ásia, os aliados vitoriosos criaram rapidamente condições que, em nome da paz, prepararam o terreno para a renovação da guerra.

Enquanto ocorriam todos esses desafortunados acontecimentos, em meio a uma incessante troca de chavões bem-intencionados dos dois lados do Atlântico, uma nova e mais terrível causa de conflito do que o imperialismo de czares e kaisers evidenciou-se na Europa. A guerra civil da Rússia terminou com a vitória absoluta da Revolução Bolchevique. Os exércitos soviéticos que avançaram para subjugar a Polônia foram repelidos na Batalha de Varsóvia, mas a Alemanha e a Itália quase sucumbiram à propaganda e aos desígnios comunistas, enquanto a Hungria realmente ficou, por algum tempo, sob o controle do ditador comunista Bela Kun. Embora o marechal Foch observasse sensatamente que “o bolchevismo jamais cruzou as fronteiras da vitória,” os alicerces da civilização européia estremeceram nos primeiros anos do após-guerra. O fascismo foi a sombra ou o filho torto do comunismo. Enquanto o cabo Hitler prestava serviços ao oficialato alemão em Munique, despertando nos soldados e trabalhadores um ódio feroz contra judeus e comunistas, a quem ele culpava pela derrota da Alemanha, outro aventureiro, Benito Mussolini, dava à Itália uma nova tese de governo que, conquanto alegasse estar salvando o povo italiano do comunismo, elevou-o a um poder ditatorial. Assim como o fascismo brotou do comunismo, o nazismo criou-se do fascismo. Puseram-se, pois, de pé os movimentos

gêmeos que, dentro em pouco, estavam destinados a mergulhar o mundo num conflito ainda mais hediondo, que ninguém pode afirmar que tenha terminado com sua destruição.



Não obstante, restava uma sólida garantia de paz: a Alemanha estava desarmada. Toda a sua artilharia e outros armamentos estavam destruídos. Sua esquadra já afundara a si mesma em Scapa Flow. Seu vasto exército fora dispensado. Pelo Tratado de Versalhes, era permitido à Alemanha, para a manutenção da ordem interna, ter apenas um exército profissional com tempo de serviço prolongado, que não ultrapassasse cem mil homens e que, sendo assim, era incapaz de acumular uma reserva militar. As quotas anuais de recrutas já não recebiam instrução; os quadros foram dissolvidos. Envidaram-se todos os esforços para reduzir o corpo de oficiais a um décimo. Nenhum tipo de força aérea militar era permitido. Foi proibida a construção de submarinos, e a marinha alemã ficou restrita a um punhado de embarcações de menos de dez mil toneladas. A Rússia soviética foi barrada da Europa Ocidental por um cordão de nações violentamente antibolcheviques, que haviam rompido com o antigo Império dos Czares em sua forma nova e mais terrível. A Polônia e a Tchecoslováquia ergueram a cabeça com independência e pareciam postar-se erectas na Europa Central. A Hungria havia se recuperado de sua dose de Bela Kun. O exército francês, deitado em seus lauréis, era a força militar mais vigorosa da Europa, sem termos de comparação, e por algum tempo se acreditou que a força aérea francesa era da mesma categoria.

Até o ano de 1934, o poder dos vencedores continuou incontestado na Europa e, a rigor, no mundo inteiro. Não houve um só momento, nesses dezesseis anos, em que os três ex-aliados, ou até a Inglaterra e a França com seus associados na Europa, não pudessem controlar, através de um mero esforço da vontade, em nome da Liga das Nações e com sua proteção moral e internacional, o poder armado da Alemanha. Em vez disso, até 1931, os vencedores, especialmente os Estados Unidos, concentraram seus esforços em extorquir, através de controles externos vexatórios, suas reparações anuais da Alemanha. O fato de que esses pagamentos só eram efetuados a partir de empréstimos americanos muito maiores reduziu ao absurdo o processo inteiro. Nada se colheu além de má vontade. Por outro lado,

o cumprimento rigoroso das cláusulas de desarmamento do Tratado de Paz em qualquer ocasião, até 1934, teria preservado indefinidamente, sem violência ou derramamento de sangue, a paz e a segurança da humanidade. Mas foi negligenciado enquanto as infrações se mantiveram insignificantes; e deliberadamente evitado quando elas assumiram proporções sérias. Assim, a última salvaguarda de uma paz duradoura foi jogada fora. Os crimes dos vencidos encontram seus antecedentes e sua explicação – embora não seu perdão, é claro – na insânia dos vencedores. Sem essa insensatez, não teria havido tentação nem oportunidade para o crime.



Nestas páginas, tento narrar alguns dos incidentes e impressões que compõem, em minha mente, a crônica do advento da pior tragédia da humanidade em sua tumultuada história. Esta não se configurou apenas na destruição da vida e da propriedade, que é inseparável da guerra. Tinha havido uma assustadora matança de soldados na Primeira Guerra Mundial e grande parte da riqueza acumulada das nações se consumira. No entanto, salvo pelos excessos da Revolução Russa, o tecido fundamental da civilização européia continuava intacto ao se encerrar a luta. Quando o fragor e a poeira do canhoneio se extinguíram subitamente, as nações, apesar de suas inimizades, ainda conseguiam reconhecer-se mutuamente como personalidades raciais históricas. As leis da guerra, de modo geral, tinham sido respeitadas. Havia um campo profissional comum para o encontro de militares que combateram uns aos outros. Vencedores e vencidos, na mesma medida, ainda preservavam a aparência de estados civilizados. Firmou-se uma paz solene que, salvo por aspectos financeiros impossíveis de cumprir, conformava-se aos princípios que, no século XIX, haviam regido cada vez mais as relações entre povos esclarecidos. O império da lei foi proclamado e se criou um instrumento mundial para nos proteger a todos, e especialmente a Europa, de outra convulsão.

Na Segunda Guerra Mundial, todos os laços entre os homens viriam a perecer. Sob o domínio hitlerista a que se permitiram sujeitar-se, os alemães cometeram crimes incomparáveis, em escala e em perversidade, a qualquer outro que tenha maculado a história humana. O massacre indiscriminado, através de processos sistematizados, de 6 ou 7 milhões de homens, mulheres e crianças nos campos de execução alemães ultrapassa, em termos de horror,

as matanças improvisadas de Genghis Khan, reduzindo-as comparativamente a proporções minúsculas. O extermínio deliberado de populações inteiras foi considerado e praticado pela Alemanha e pela Rússia na guerra do Leste. O hediondo processo de bombardeio aéreo de cidades desprotegidas, iniciado pelos alemães, foi retribuído, em escala vinte vezes maior, pelo crescente poder dos aliados, tendo atingido o auge no uso das bombas atômicas que expungiram Hiroshima e Nagasaki.

Emergimos, finalmente, de um cenário de ruína material e devastação moral sem comparação com qualquer outro que possa ter ensombrecido a imaginação dos séculos anteriores. Depois de tudo que sofremos e conseguimos, ainda nos vemos confrontados com problemas e perigos não menos, até muito mais, gigantescos do que aqueles de que escapamos por margem tão apertada.

É meu objetivo, sendo alguém que viveu e foi atuante nesses dias, mostrar com que facilidade a tragédia da Segunda Guerra Mundial poderia ter sido evitada; como a maldade dos perversos foi reforçada pela fraqueza dos virtuosos; como faltam à estrutura e aos hábitos das nações democráticas, a menos que elas se agreguem em organismos maiores, os elementos de persistência e convicção que são os únicos capazes de dar segurança às massas humildes; e como, mesmo nas questões de autopreservação, nenhuma política é seguida sequer por períodos de dez ou quinze anos de cada vez. Veremos como as recomendações de prudência e continência podem transformar-se nos principais agentes de um perigo mortal; como o meio-termo adotado em função de desejos de segurança e de uma vida tranqüila pode conduzir diretamente ao centro do desastre. Veremos quão absoluta é a necessidade de uma ampla prática internacional, adotada ao longo dos anos por muitas nações em conjunto, independentemente dos altos e baixos da política nacional.

Era uma providência simples manter a Alemanha desarmada e os vencedores adequadamente armados durante trinta anos e, nesse meio tempo, ainda que não fosse possível chegar a uma reconciliação com a Alemanha, construir cada vez mais solidamente uma verdadeira Liga das Nações, capaz de se certificar de que tratados fossem cumpridos, ou só fossem alterados mediante discussão e acordo. Depois de três ou quatro governos poderosos, agindo em conjunto, haverem pedido os mais assustadores sacrifícios aos seus povos, depois de esses sacrifícios terem sido gratuitamente feitos em nome da causa comum, e depois de ter sido atingido o tão esperado resul-

tado, era razoável que se preservasse a ação conjunta, para que ao menos os aspectos essenciais não fossem para o lixo. Mas o poderio, a civilização, a cultura, o saber e a ciência dos vencedores foram incapazes de atender a esse modesto requisito. Eles seguiram vivendo sem pensar no futuro, dia após dia e de uma eleição para outra, até que, mal decorridos vinte anos, foi dado o pavoroso sinal da Segunda Guerra Mundial, e temos que escrever sobre os filhos daqueles que haviam lutado e morrido com tanta lealdade e coragem:

*Shoulder to aching shoulder, side by side,
They trudged away from life's broad wealds of light.*

Ombro a ombro em dor, e lado a lado,
Foram-se eles dos largos descampados de luz da vida.

(Siegfried Sassoon, 1886-1967)